

Modelo de Relatório do Encontro Estadual para a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Identificação

1. Marcar com um "X" o tipo de evento realizado:

Conferência Estadual

Fórum Estadual

2. Indicar a quantidade de eventos realizados antes da Conferência ou Fórum Estadual:

04 Conferências Municipais;

23 Fóruns Municipais;

_____ Fóruns Regionais.

3. Informar o local de realização da Conferência ou Fórum Estadual:

UF: MATO GROSSO

Município: CUIABÁ

Data: 18 e 19 de setembro de 2008

Local: Hotel Fazenda Mato Grosso: Rua Antonio Dorileo, 1.100

Bairro: CoopHEMA/ Coxipó.

4. Informar a quantidade estimada de pessoas participantes: **290** participantes

5. Informar a quantidade estimada de organizações participantes: **35** organizações participantes

6. Informar a quantidade de Conselhos Municipais do Estado participantes: **18** Conselhos Municipais.

7. Informar a quantidade de delegados dos Conselhos Municipais participantes do encontro Estadual: **36** delegados de Conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência e **11** delegados do Conselho Estadual.

8. Informar os dados do responsável pelo preenchimento deste relatório:

a. Nome completo: Júlia Ulrich Alves de Sousa

b. Função designada no evento: Coordenadora Geral da I Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso.

c. E-mail: juliaulrich@ibest.com.br

d. Telefones (com DDD): (65) 9287 6510 (65) 3023 2095 (65) 3613 9933 CONEDE

9. Número de delegados:

a) total: **47** delegados

b) representantes dos Conselhos Municipais: **21** delegados de Conselhos municipais da Pessoa com deficiência.

c) representantes governamentais (incluindo os dos Conselhos Municipais): **17** representantes.

d) representantes da sociedade civil (incluindo os dos Conselhos Municipais): **30** representantes.

Histórico do evento

1. Breve resumo do debate de contextualização

A I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso, realizada nos dias 18 e 19 de setembro, em Cuiabá/MT, teve os seguintes momentos:

- a) Nivelção de conteúdos: Mesas redondas para discutir os eixos orientadores da Conferência e Palestra Magna com representantes do CONADE.
- b) Apresentações culturais de alunos das Entidades de deficientes.
- c) Trabalho de grupos para discussão e proposição de políticas públicas para as pessoas com deficiência.
- d) Plenária Final para aprovação das propostas advindas dos Grupos de Trabalho e eleição de delegados à II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- e) Apreciação e aprovação de Moções.

A I Conferência Estadual foi marcada por ampla participação da sociedade civil, constitui-se num momento de reflexão e encontro das pessoas que militam no Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, transcorreu num clima de solidariedade, diálogo, respeito e unidade.

Na etapa municipal foram realizadas 4 Conferências municipais e 23 Fóruns municipais, das mesmas participaram aproximadamente 1.200 pessoas de diversos segmentos da sociedade civil. O processo municipal da Conferência estadual foi participativo e permitiu dimensionar a responsabilidade e compromisso dos envolvidos com a problemática em questão.

2. Propostas de políticas públicas ou seu aprimoramento, conforme os temas definidos para a II Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE MT: INCLUSÃO. PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM NOVO JEITO DE AVANÇAR

Nº	EIXO TEMÁTICO	PROPOSTA
1.	Saúde e Reabilitação Profissional	Cobrar das autoridades a capacitação dos profissionais da saúde nas ações de prevenção;
2.		Implantar e garantir recursos orçamentários, com rubrica específica, para o cumprimento da, PORTARIA Nº. 154, DE 24 DE JANEIRO DE 2008 nos três níveis de governo, bem como recursos para ações de prevenção de deficiências para os municípios não contemplados na referida portaria;
3.	Saúde e Reabilitação Profissional	Ampliar o número de equipes do PSF e incluir, nas equipes existentes, outras categorias profissionais como: psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais.
4.		Garantir recursos para o trabalho de educação em saúde;
5.		Garantir no programa de triagem neonatal, a inclusão da

5.		Garantir no programa de triagem neonatal, a inclusão da triagem auditiva (teste da orelhinha);
6.		Garantir recursos e agilidade e qualidade nos processos de concessão de próteses e órteses.
7.		Melhorar e facilitar o sistema de referência e contra-referências dos serviços de competência do Estado e dos Municípios;
8.		Garantir ampliação e adequação do espaço físico para referência estadual na reabilitação, bem como o acesso a novas tecnologias na área de reabilitação (CRIDAC);
9.		Mobilizar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estadual e nacional para garantir a regulamentação da Emenda Constitucional número 29 que dispõe sobre o financiamento da saúde;
10		Garantir que o processo de descentralização da reabilitação seja efetivado em todos os municípios do Estado, com supervisão eficiente (focado na orientação) e controle social (fiscalização), conforme as diretrizes do SUS,
11		Garantir recursos municipais, estaduais e nacionais para saneamento e urbanismo;

Nº	EIXO TEMÁTICO	PROPOSTAS
12	Saúde e Reabilitação Profissional	Fazer cumprir a lei que trata da construção e adequação de estabelecimentos de saúde na lógica da inclusão social;
13		Implantar ações e serviços de atenção às pessoas com deficiência no âmbito do Estado e Municípios, contemplando a integralidade, resolutividade, participação social e devendo contar com equipe multiprofissional, (bem como incorporar as dimensões de gênero e raça nessas ações e serviços);
14		Descentralizar as ações de odontologia para pessoas com deficiência nos municípios;
15		Garantir que o poder público estabeleça responsabilidade na parceria com entidades não governamentais que prestam serviços às pessoas com deficiência.
16		Implementar novas tecnologias na saúde
17		Implantar ações e serviços de bexiga neurogênica no âmbito do Estado
18		Implantar ações e serviços de combate e controle das escaras nos três níveis de referência
19		Mobilizar gestores para que garantam a isenção de impostos na aquisição dos equipamentos de ajuda técnica (órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, bolsa

		de colostomia, etc.).
20		Criar mecanismos que possibilitem a articulação e a integralidade das ações voltadas para o atendimento às pessoas com deficiência nos diversos setores públicos, filantrópicos e privados,
21		Garantir atendimento prioritário para as pessoas com deficiência conforme a Lei 7853
22		Garantir que a Previdência Social dê o atendimento a pessoa com deficiência que apresente doença relacionada ao trabalho.
23		Garantir a reabilitação profissional às pessoas com deficiência congênita e adquirida;
24		Criar centro de reabilitação profissional em todo Estado.
25		Assegurar educação permanente em saúde aos trabalhadores da saúde e demais profissionais com interface , contemplando entendimento das práticas de reabilitação na lógica da inclusão social da pessoa com deficiência.

N º	EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E TRABALHO	PROPOSTAS
1.	Educação e Trabalho	Criar, equipar e implementar as salas de recursos e alternativas pedagógicas recomendadas de forma a favorecer e apoiar a inclusão da pessoa com deficiência em classes comuns, fornecendo apoio necessário,
2.		Garantir formação continuada a todos os profissionais da educação, para viabilizar o atendimento da pessoa com deficiência;
3.		Assegurar apoio técnico e financeiro às instituições filantrópicas, privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento educacional especializado e de qualidade, conforme avaliação conduzida pelo Sistema Público de Ensino.
4.		Introduzir disciplinas e/ou conteúdos referentes a questão da deficiência nos cursos oferecidos pelas Universidades públicas e privadas.
5.		Fazer cumprir a legislação e as políticas em todas as áreas: educação, arte, cultura, esporte e lazer.
6.		Disponibilizar e garantir recursos orçamentários com rubrica específica para implantar e implementar programas e projetos nas áreas de educação, esporte, lazer e cultura, assegurando a participação da pessoa com deficiência.
7.		Garantir na LOPEB a equipe multiprofissional nas unidades de ensino.

8.		Promover ações culturais que combatam o preconceito e a discriminação.
9		Criar, através do CONEDE, uma agenda de atividades de arte, cultura, esporte e lazer, voltadas para a pessoa com deficiência;

Nº		PROPOSTAS
10	Educação e Trabalho	Criar política pública de qualificação e inserção da pessoa com deficiência conforme a necessidade do mercado de trabalho;
11		Garantir recursos para realização de pesquisa de mercado a fim de orientar programa de capacitação e inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho;
12		Efetivar parceria com as instituições e empresas para a empregabilidade da pessoa com deficiência;
13		Garantir a cota de 5 a 20% das vagas nos concursos e serviços públicos para as pessoas com deficiência;
14		Garantir que os conselhos das pessoas com deficiência sejam articuladores da comunicação sobre os sistemas de trabalho junto aos sindicatos, delegacias de trabalho e demais órgãos responsáveis;
15		Garantir o Benefício de Prestação Continuada – BPC para toda pessoa com deficiência; independente do número de beneficiários na mesma família;
16		Criar mecanismos que possibilitem a articulação das ações desenvolvidas pelos diversos setores públicos, filantrópicos e privados, voltados a pessoa com deficiência.
17		Garantir no currículo escolar de ensino fundamental, médio e técnico/ superior, disciplina que envolva assuntos como a inclusão social da pessoa com deficiência, barreiras arquitetônicas, discriminação racial, culturais, etc.
18		Reativar o Fórum de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior .

Nº	EIXO TEMÁTICO ACESSIBILIDADE	PROPOSTAS
1.	ACESSIBILIDADE	Propor alteração da lei de criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência tornando-o também deliberativo;
		Fomentar junto aos gestores municipais a criação do Conselho

2.		Fomentar junto aos gestores municipais a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nos município que ainda não criaram;
3.		Viabilizar sistema cadastral dos conselhos da pessoa com deficiência para divulgação e conhecimento da população;
4.		Acionar as autoridades competentes no sentido de fazer cumprir as leis já existentes sobre acessibilidade;
5.		Exigir a fiscalização dos órgãos responsáveis sobre as construções concluídas ou em fase de construção, contemplando inclusive análise ergonômica do ambiente, principalmente para prédios públicos e privados, visando garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência;
6.		Inserir em caráter de obrigatoriedade nos currículos dos cursos de Engenharia e Arquitetura disciplinas sobre acessibilidade;
7.		Promover campanhas de conscientização junto a voltadas para o respeito aos direitos de acessibilidade das pessoas com deficiência;
8.		Acionar o Ministério Público para que este proponha Ação Civil Pública obrigando os municípios a fazerem à adaptação do transporte coletivo conforme a lei;
9.		Assegurar o cumprimento da Lei Orgânica Municipal e contemplar no contrato de concessão a adaptação do transporte coletivo e qualificação do sistema de transporte;
10		Exigir o cumprimento em caráter de urgência da cota mínima

N.	EIXO TEMÁTICO Acessibilidade	PROPOSTAS
11	Acessibilidade	Melhorar as rotas existentes de transporte alternativo e criar sistema de transporte alternativo nos municípios onde não existam para garantir o atendimento às pessoas com deficiência em setores escolares, saúde, trabalho, entre outros;
12		Promover cursos de capacitação e orientação para os motoristas, visando conscientização e humanização desses profissionais do transporte coletivo;
13		Garantir a isenção do ICMS e IPVA para todos os deficientes e seus responsáveis;
		Garantir o cumprimento da Isenção de impostos IPI para as pessoas com deficiência;
14		Garantir que as informações viabilizadas na mídia sejam acessíveis às pessoas com deficiência.
15		Criar formas de descentralização das informações de interesse da pessoa com deficiência objetivando a ampliação da rede de informações voltadas para este segmento.
16		Promover a realização de cursos LIBRAS e BRAILLE a todos os setores da sociedade sejam eles públicos ou privados.
17		

		Protocolo Facultativo; do Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-16) e da a Agenda Social.
18		Exigir que as empresas que prestam serviços aos órgãos públicos cumpram a legislação sobre acessibilidade
19		Incentivar a promoção de eventos sobre acessibilidade nas três esferas de governo e em todos os setores da sociedade.
20		Regulamentar e socializar a terminologia "Pessoa com Deficiência", como marco lógico da inclusão social.

3. Cinco tópicos priorizados, em ordem decrescente:

Não houve prioridade